

## Mandato

# Arraes quer que Sarney proponha eleições presidenciais em 1988

Banco de Dados

Da Sucursal de Recife e do correspondente em Fortaleza

O governador de Pernambuco, Miguel Arraes (PMDB), 70, disse ontem em Recife, que a antecipação das eleições presidenciais para o próximo ano, convocadas através de emenda constitucional apresentada pelo presidente da República seria um "elemento de reflexão" que a classe política daria ao presidente para que ele "possa tomar uma posição que consulte os interesses gerais".

Arraes disse que o presidente Sarney tem condição de "encontrar, como todo mundo quer, uma saída para a crise". Mas que "o momento não é o de tratar de candidaturas à sucessão presidencial", referindo-se ao lançamento da candidatura pelo PMDB do governador de São Paulo, Orestes Quercia, à Presidência da República.

A possibilidade de antecipação das eleições, que poderiam ser convocadas pelo Presidente da República, foi tema de conversa entre Miguel Arraes e o governador do Ceará, Tasso Jereissati (PMDB), em Fortaleza, na última quinta-feira, antes da reunião dos governadores nordestinos com o ministro do Interior, João Alves (PFL). Arraes acredita que, como amigo do presidente, Tasso Jereissati poderá levar esta questão a Sarney. Arraes e Jereissati estiveram reunidos a sós no Palácio do Governo das



Miguel Arraes (PMDB) acha que eleições 88 atende interesse geral

13h às 16h e a questão não foi colocada aos demais governadores.

O governador Tasso Jereissati, negou notícia publicada por um jornal do Rio de Janeiro, que falava que ele seria, após a conversa com Arraes, o coordenador de um movimento de amigos do presidente Sarney para convencê-lo a convocar eleições diretas para 88. "Eu nunca

tratei do assunto com o governador Miguel Arraes e nem com com outra pessoa. O que conversei com ele foi de problemas do Nordeste. Ele é uma liderança respeitada e um político experiente com quem gosto de trocar idéias. Conversamos muito sobre a seca que é a minha grande preocupação e a dele também", disse Jereissati.

## Aprovada aposentadoria baseada no salário integral e com reajustes

Da Sucursal de Brasília

Sob intensos aplausos, a Comissão de Sistematização aprovou ontem uma emenda do deputado Floriceno Paixão (PDT-RS) que assegura aposentadoria



com base no último salário integral recebido pelo trabalhador e garante "reajustes permanentes" que preservem o valor desse salário. Se mantida pelo plenário do Congresso constituinte, a proposta acabará com o atual salário-teto (de até vinte salários-mínimos, ou Cz\$ 60 mil) pago pela Previdência Social ao aposentado. O valor desse salário pago pela Previdência é baseado numa média das contribuições feitas pelo trabalhador nos últimos 36 meses antes da aposentadoria.

Por 49 votos a 36 e duas abstenções, a emenda foi aprovada, provocando grande polêmica na comissão. Dizendo que sua proposta foi mal compreendida, Paixão queria acrescentar ao texto da emenda um adendo: a aposentadoria seria calculada com base no último "salário-contribuição" integral pago pelo trabalhador. Assim, o valor da aposentadoria não poderia exceder o atual teto de vinte salários-mínimos.

Regimentalmente, nenhuma modificação pode ser feita à emenda após o início de sua votação. Paixão quis modificá-la depois da votação. "Nós vamos corrigir lá no plenário", disse, depois de ser convencido pelo deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), relator da nova Constituição, de que não poderia mexer no texto. Como são necessários 280 votos para alterar qualquer proposta no plenário, a proposta de Paixão "corre risco" de ser mantida, segundo a relatoria.

"É inviável a proposta. Vamos arrebentar com a Previdência", disse o deputado José Serra (PMDB-SP), que votou contra a emenda. Segundo ele, dois terços das contribuições mensais feitas pelos trabalhadores à Previdência Social não excedem o valor de dez salários-mínimos. Para demonstrar que a seguridade social não tem condições de arcar com o pagamento de aposentadorias baseadas no último salário integral recebido pelo trabalhador, Serra disse que 93% dos aposentados recebem menos que cinco salários-mínimos (Cz\$ 15 mil).

Os votos-suplentes do PMDB foram decisivos para a aprovação da emenda de Paixão. Seguindo o PT, PCB, PC do B, PTB e PDT, os peemedebis-



Deputado Luis Inacio (PT-SP) cumprimenta o deputado Floriceno Paixão

## Sistematização poderá não discutir censura

Da Sucursal de Brasília

A Comissão de Sistematização encerra hoje a votação do título da Ordem Social. Apesar de ser o último dia, faltam seis capítulos, recheados de assuntos polêmicos, para serem discutidos e votados. O atraso foi provocado principalmente pelo excesso de tempo dispendido no capítulo da Seguridade Social.

Além de definir os critérios para a destinação das verbas públicas para o setor da Educação, a comissão precisa determinar a porcentagem do orçamento da União destinado ao ensino. É um dos temas mais polêmi-

cos da nova Constituição e dezenas de entidades de professores e de universidades devem acompanhar a votação.

A reserva de mercado para a informática também integra o título da Ordem Social. Apesar do acordo entre os diversos grupos do Congresso constituinte para a reserva de mercado, há muita discordância. As concessões de rádio e TV também serão analisadas pela comissão. Pouco tempo restará para discutir a questão nuclear, a censura e os índios — todos assuntos desse título. Não há chances de prorrogar a votação.

tas integrantes do Movimento de Unidade Progressista (MUP) não acompanharam a liderança do PMDB. Quando Paixão tentou alterar o texto de sua emenda, recebeu protestos de vários peemedebistas, como o senador Nelson Carneiro (RJ) e Antonio Britto (RS) que votaram contra a proposta, mas eram favoráveis à modificação.

Por cinquenta votos a 37 e duas abstenções, a comissão rejeitou uma emenda da deputada Beth Azize (PSB-AM) que reduziria a idade de aposentadoria fixada no substitutivo de Cabral: os 35 anos de trabalho para o homem seriam reduzidos para trinta e os trinta anos para a mulher diminuiriam para 25. Mas a rejeição da comissão baseou-se principalmente em uma "falha" de redação da emenda. Beth sugeria que a aposentadoria fosse calculada nos anos de "trabalho" ao invés dos anos de "contribuição".

A rejeição da emenda provocou tumulto na sessão. Dezenas de mulheres que ocupavam a galeria vaiaram ao ouvir o resultado final da votação. Logo em seguida, a galeria quase foi esvaziada, por iniciativa do senador Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP) que presidia a sessão, quando as mulheres vaiaram demoradamente o deputado Gerson Peres (PDS-PA), que rebatia uma emenda do deputado Vicente Bogo (PMDB-RS).

Mesmo mantendo a idade fixada por Cabral para aposentadorias, a comissão aprovou uma emenda do senador Nelson Carneiro (PMDB-RJ) e do deputado Francisco Rossi (PTB-SP) que faculta ao homem requerer aposentadoria aos trinta anos de trabalho e a mulher, aos vinte e cinco anos, conforme condições dispostas em lei. O trabalhador poderá se aposentar por velhice aos 65 anos, no caso dos homens e aos 60 anos, no caso das mulheres.

## Acordo pode dar anistia a militares cassados

Da Sucursal de Brasília

Um acordo virtualmente fechado até o início da noite de ontem poderá garantir amanhã a anistia aos marinheiros e praças cassados por motivos políticos em 1964, na votação da Comissão de Sistematização do Congresso constituinte. Neste caso, a decisão beneficiará 1.539 praças, sargentos e cabos da Aeronáutica e Marinha, punidos por atos administrativos, embora a motivação fosse política.

A base do acordo negociado entre um grupo de constituintes e representantes dos ministérios militares é a emenda do deputado Vilson Souza (PMDB-SC), do MUP — Movimento da Unidade Progressista do PMDB (a dissidência esquerdista do partido). A anistia a esses marinheiros e praças é o ponto mais polêmico do artigo referente à anistia do projeto de Constituição do relator Bernardo Cabral (PMDB-AM). O projeto de Cabral não os beneficia.

Pelo acordo em negociação, os marinheiros serão anistiados mas não reintegrados ao serviço ativo. Terão direito às promoções que poderiam alcançar se estivessem na

ativa, mas poderão não receber todos os salários atrasados desde a data da cassação. Até ontem à noite, a solução mais próxima do acordo para o item sobre os atrasados era a emenda do senador Jamil Haddad (PSB-RJ).

Por essa emenda, os atrasados seriam pagos desde a data da punição, mas através de um cronograma financeiro sob responsabilidade da União que, na prática, estenderia o reembolso individual de cada um dos anistiados por muitos anos. Outra emenda, do deputado Marcelo Cordeiro (PMDB-RJ), propunha outra solução: seriam devolvidos apenas os salários atrasados dos últimos cinco anos.

Uma emenda do deputado Brandão Monteiro (PDT-RJ) à emenda de Vilson Souza assegura a anistia aos marinheiros e praças da Aeronáutica e Marinha "expulsos ou licenciados ex-offício compulsoriamente do Serviço Ativo em decorrência dos acontecimentos políticos de março de 1964". Esta emenda, por exemplo, tem apoio da deputada Sandra Cavalcanti (PFL-RJ), uma das negociadoras.

A Folha apurou que o ministro da Marinha, Henrique Saboya, e o ministro da Aeronáutica, Moreira Lima, que antes não admitiam a anistia aos marinheiros e praças, começaram a rever sua posição nos últimos dias. No Ministério do Exército, entretanto, os deputados que negociam este acordo estão identificando maiores resistências. Não por acaso o senador José Richa (PMDB-PR), amigo íntimo do ministro do Exército, general Leônidas Pires Gonçalves, disse ontem que está tentando manter, nesta questão, o mesmo texto do projeto Cabral.

A emenda Vilson Souza, se aprovada com as modificações, permitirá também que os funcionários da Petrobrás cassados em 1964 recebam seus salários atrasados desde o início da data de punição. Estes funcionários, cerca de 600, já receberam, por acordo com a empresa, os salários dos últimos cinco anos. Várias reuniões programadas para ontem à noite tentavam fechar o acordo final para a votação de amanhã. Este item faz parte das Disposições Transitórias da nova Constituição.